



A administração dos CTT pretende encerrar mais 22 estações de correios e despedir 800 trabalhadores.

Desde que o governo do PSD/CDS privatizou a empresa, a qualidade do serviço caiu a pique, ao ponto do regulador aplicar multas à empresa por não assegurar o patamar mínimo das suas obrigações contratuais no serviço público postal.

Com a privatização, vieram os despedimentos, com prejuízo para os trabalhadores e os utentes: os atrasos na distribuição de correio são constantes. Há correspondência nacional a demorar 15 dias úteis a chegar ao destino e correio registado a ser entregue cinco dias úteis após o envio.

Quem visita hoje uma estação de correio, arrisca-se a esperar mais de uma hora para ser atendido. A par dos despedimentos que deixaram a empresa sem pessoal suficiente para a distribuição, muitos trabalhadores que faziam o atendimento foram transferidos para as tarefas do banco CTT. Mas também aqui existem longas filas de espera e atrasos consideráveis.

Entre os trabalhadores que ficaram, muitos fazem mais de 10 horas de trabalho diário sem remuneração do trabalho extraordinário, e têm aumentado as baixas médicas devido à exaustão. Neste momento, a empresa prepara a saída de mais uma vaga de centenas de trabalhadores, que têm recebido as cartas a propor rescisões e são alvo de assédio e ameaças veladas. Os primeiros na lista de saída são trabalhadores com limitações físicas causadas por acidentes de trabalho ao serviço da empresa.

O principal objetivo da administração privada dos CTT nunca foi o cumprimento dos níveis de qualidade do serviço postal, mas sim a entrada no sistema financeiro, através da licença bancária incluída na privatização. O segundo objetivo, a que já assistimos no caso da gestão privada da Portugal Telecom, foi tornar a empresa na galinha dos ovos de ouro dos acionistas. Em 2016, ano em que a empresa apresentou 62 milhões de euros de lucros, a administração resolveu distribuir 72 milhões de euros em dividendos.

A privatização abriu caminho à descapitalização de uma empresa com mais de 500 anos de história, acentuando o abandono do interior do país, a venda de património e os despedimentos em massa de trabalhadores, substituindo-os por mão de obra precária ou o recurso a empresas privadas para prestar um serviço público.

RESGATAR OS CTT AOS PRIVADOS, CUMPRIR O SERVIÇO PÚBLICO

Para travar a ineficácia e a degradação do serviço dos CTT, o Estado tem um instrumento à sua disposição, previsto no contrato que privatizou a empresa. Trata-se do resgate da concessão do serviço público postal em caso de incumprimento do nível de qualidade contratado, como se tem verificado nos últimos anos.

Para o Bloco de Esquerda, este é o momento de acionar essa cláusula e trazer a empresa de volta à gestão pública. Assistimos hoje ao acentuado crescimento do comércio através da internet, com tendência para aumentar nos próximos anos. Os utentes, as empresas e o conjunto da economia portuguesa precisam de um operador postal que garanta o envio e a entrega de encomendas a qualquer ponto do país com rapidez e eficiência.

O serviço público postal é um pilar do desenvolvimento do país, da qualidade de vida das populações e da coesão territorial. Defender o regresso dos CTT à gestão pública é pôr um ponto final neste caminho de degradação da oferta de serviços e criar instrumentos para reforçar a empresa com os trabalhadores de que necessita para voltar a fazer dos CTT um exemplo internacional de prestação de um serviço postal de excelência.